

COR

RAZI



por Antônio Machado

cidadebiz@correioweb.com.br

Economia Brasil

O samba atravessou

A simulação sobre o fôlego da economia brasileira preparada pelos economistas Paulo Levy, diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, um órgão com relativa autonomia do Ministério do Planejamento, e Fábio Giambiagi, pesquisador convidado, desagradou setores do governo não só por trazer racionalidade ao debate sobre o crescimento acelerado. Ele é factível se for feito muito mais do que imagina a assessoria do presidente Lula, e nem assim está tudo garantido. Há pedras no caminho, como o risco de apagão.

“Expansão da ordem de 5% ao ano é factível e equivale a resgatar um crescimento do PIB per capita próximo à média do período pós-guerra”, diz o documento do Ipea, cuja versão completa também traz uma agenda social e políticas para aumentar a eficiência econômica e a competitividade. “Duas restrições, no entanto, impedem que tal tendência se materialize já nos próximos anos”, acrescenta. São os gargalos resultantes de anos de baixo investimento no país, como:

1º, “os problemas no setor elétrico, que permitem uma expansão da economia em torno de 4% a/a até 2010, mas tornam arriscado crescer a taxas mais ambiciosas”; e

2º, “a taxa de investimento, projetada para 20% do PIB no ano em curso, impede uma expansão sustentada acima de 3,5% a/a”.

Com tais óbices como condicionantes e a premissa de que de algum jeito serão feitos ajustes para reduzir o crescimento das despesas correntes do governo e alguma focalização do gasto social, além de uma reforma da Previdência, os autores, ainda assim, só chegaram à taxa de crescimento do PIB de 5% anual, que o presidente considera como meta para seu segundo mandato, daqui a três governos, 2017. É uma projeção decepcionante, se o cenário do Ipea for realista.

O que alavanca taxas superlativas de crescimento da economia é o aumento do investimento público e privado acompanhado da melhoria constante da taxa de produtividade — que equivale a fazer mais com o mesmo aparato de produção existente, expansão de custo apenas na margem e pequenos investimentos, sobretudo em processos. Em todos esses indicadores o país deixa muito a desejar.

Só vontade é pouco

Para o PIB crescer 5% a/a, segundo o Ipea, a taxa de investimento precisa estar em 26% do PIB. Isso implica adicionar R\$ 124 bilhões todos os anos à média do que se investe na economia anualmente (R\$ 414 bilhões) para que se tenha o crescimento sustentado a 5% a/a. É como empurrar um carro morro acima. “A aceleração do crescimento não ocorrerá instantaneamente”, diz o estudo. “O movimento deve ser gradual para ser sustentado.” Apesar da vontade do presidente, mesmo as melhores simulações do governo projetam esta meta só para o último ano do mandato, 2010, com o PIB crescendo aos poucos.

ESTUDO DO IPEA ACINZENTA O CENÁRIO AO PREVER APAGÃO SE A ECONOMIA DISPARAR, ALÉM DE OUTROS ÓBICES

Risco de faltar luz

Se já é monumental o esforço de investimentos para o país sair da mediocridade e dar à pobreza a esperança de poder livrar-se algum dia da muleta assistencialista, com harmonia social e renda padrão classe média para o conjunto da sociedade, ainda há em médio prazo a pedra no caminho da garantia da oferta de energia elétrica. Não há suficiente clareza de que a ameaça de racionamento esteja fora de cogitação, se a economia embicar numa rota firme de expansão.

O governo nega este risco. O ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau, fala em “folga de mais de 50%” entre capacidade instalada de energia (102 mil MW) e consumo (48 mil MWh). O problema é que estas são “duas dimensões físicas muito diferentes, como bem sabe nosso ministro”, segundo o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales. “Alinhadas as dimensões”, a folga seria de 6%, ou 3 mil MW. “Deve ser menor se não for possível contar com algumas térmicas por falta de gás natural”, diz Sales. Isso num cenário em que o PIB cresce só 3,3% de 2006 a 2008. Um limite superestrito.

Não é descartável

O dramático é que a simulação do Ipea considera diversas ações de contenção do gasto público, redução gradual da taxa de juros real sobre a dívida pública e diminuição do custo da Previdência. Ainda assim a taxa de investimentos só atingiria 25% do PIB em 2015 e a economia cresceria acima de 5% depois de 2017. Onde está a trava?

O estudo simula que o investimento cresce 8% ao ano até 2010. Não é pouco, mas é menos do que se supõe se o crédito bancário crescer e o mercado de capitais bombar. É um estudo não imune a críticas, mas não descartável, como o tratou o ministro Mantega. Melhor tê-lo como contraponto ao otimismo vazio que obra de adversários — o que o Ipea, instituição tradicional e séria, está longe de ser.

Se se atentar para a qualidade da discussão, vai-se perceber que boa parte é só ruído. Há quem tema admitir o gigantismo do Estado e abrir a guarda para a ofensiva que chamam de neoliberal, adepta do governo mínimo. Outros não se acharam ainda entre o problema dos juros e sua influência sobre o orçamento, e desandam a falar bobagem. Não poucos deduzem que cortar gasto implica o aumento da quantia destinada ao pagamento da dívida pública. É o contrário: trata-se de remanejar dinheiros do orçamento para o que há décadas está relegado a segundo plano, o investimento público. O Estado, em vez de encolher, se fortalecerá. São muitas as incompreensões. Ou Lula abre seu círculo de consultas ou vai morrer na praia.